



O JORNAL ZERO HORA E AS ELEIÇÕES DE 2002

A construção do discurso anti-petista no Jornal Zero Hora, durante as eleições de 2002, para o governo do Estado do Rio Grande do Sul

Stella Máris Valenzuela de Oliveira

Programa de Pós-graduação em Comunicação PPGCOM

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Resumo - Este artigo se propõe a identificar a construção do discurso anti-petista no Jornal Zero Hora do Grupo Rede Brasil Sul, durante as eleições de 2002, para o governo do Estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa está focada no primeiro turno eleitoral que culminou com a eleição do dia seis de outubro e analisa as capas do Jornal da Eleição. Trata-se de caderno especial, produzido especialmente para o pleito que circulou encartado no periódico, entre os dias 28 de agosto e 28 de outubro. O Jornal Zero Hora assumiu uma posição ativa, construindo pontos de vistas anti-PT, através de distintas vozes, deixando pistas claras ou sutis que agendaram a direção do processo eleitoral.

Introdução

“O discurso é o resultado de tudo que lhe parece externo.
Em um movimento complexo, o jornalismo
mostra e esconde o que convém a seus enunciadores
por meio de estratégias discursivas”.
(Machado, Márcia B. e Jacks, Nilda, 2001, p. 9)

Este artigo propõe-se a identificar a construção do discurso anti-petista no Jornal Zero Hora, durante as eleições de 2002, para o governo do Estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa está focada no primeiro turno eleitoral que culminou com a eleição do dia seis de outubro e analisa as capas do Jornal da Eleição. Este caderno especial, produzido especialmente para o pleito, circulou encartado no periódico entre os dias 28 de agosto e 28 de outubro.



A pesquisa fundamenta-se em conceitos de Análise de Discurso, da vertente francesa e de seus seguidores. E procura identificar, através da discursividade das capas do Jornal da Eleição, o funcionamento do duplo jogo de memória: a institucional que estabiliza e a constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro. A pesquisa trabalha - língua-discurso-ideologia.

Considera as condições de produção, o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro e procura escutar o não-dito naquilo que é dito. O trabalho busca compreender como a ideologia materializou-se no discurso do Jornal Zero Hora, durante o período em análise. Procurou identificar as distintas vozes, como as dos Comitês Eleitorais e de fontes credenciadas e seguiu as pistas encontradas nestas superfícies que agendaram a direção do processo eleitoral. “A Análise de Discursos não se interessa tanto pelo que o texto diz ou mostra, pois não é uma interpretação semântica de conteúdos, mas sim em como e por que o diz e mostra”. (Pinto, 1999, p.23).

Com a maior tiragem no Estado, o Jornal Zero Hora é comandado pela família Sirotsky desde o dia 21 de abril de 1970, quando os irmãos Maurício e Jayme Sirotsky adquiriram o total das ações do jornal. Desde 1967, eles detinham 50% das ações, mas a direção estava nas mãos de Ary de Carvalho, fundador do periódico em 1964, após o fechamento do Jornal Última Hora. O Jornal Zero Hora passou a integrar o grupo “Rede Brasil Sul”, a partir de 1º de maio de 1970.

1. Quadro Teórico de Conceitos de Jornalismo

“Para quem procura exprimir rigorosamente o mundo, as limitações da linguagem são um obstáculo intransponível”.
(Souza, Jorge Pedro, 2000. p.9).

O jornalismo desponta na Revolução Francesa, que a um só tempo se tornou símbolo da queda de regimes monárquicos e do poder aristocrático e conquistou o direito à informação. No decorrer deste período, o jornalismo experimentou um conjunto de modificações. Até o final do século 19 foi o jornalismo da iluminação, depois surgiram as grandes empresas capitalistas. No século 20, observamos o jornalismo dos monopólios que



avançou na era tecnológica na década de 70, até chegar à sociedade da informação, como a conhecemos hoje.

Do estilo panfletário dos jornais do final do século XIX, o Jornalismo passou a ampara-se em fatos e a recorrer a dispositivos para “objetivar” o discurso, como, por exemplo, o uso de aspas e a responsabilização de fontes, pelas citações. O jornalismo “objetivo” estabelece que os fatos falam por si e que cabe aos jornalistas relatá-los, sem tomar partido e, tampouco evidenciar emoções. Este princípio fundamentava-se na idéia de que, se separarem os fatos dos valores e as informações das opiniões, seria possível chegar à verdade e, conseqüentemente a descrição dos acontecimentos tal como eles aconteceram. O mito da objetividade instalou-se no campo jornalístico e só começou a ser questionado, a partir dos anos sessenta do século XX.

Não existe objetividade nem mesmo nas ciências exatas e naturais, como, então poderia haver quando aborda-se uma realidade mais complexa que é a do homem e das suas interações, no momento presente, no passado e no futuro? O próprio processo de percepção da notícia é seletivo, o que significa que existe um elevado grau de distorção na forma como apreendemos as manifestações do real. As pessoas organizam a percepção em função das suas necessidades, do seu estado de espírito, dos seus interesses e da sua cultura. A língua não consegue expressar e compreender o mundo de forma rigorosa e absoluta.

Conforme Saussure, cada palavra não depende de si mesma, mas da relação que ela estabelece com as demais palavras e com a estrutura que está em permanente formação e transformação. Como conseqüência, o sentido das palavras e dos textos é relativo. Um texto é sempre aberto, ou seja, o sentido preciso não existe e as mesmas palavras significam coisas diferentes para quem as lê ou ouve.

O que há de comum entre a percepção e o real não pode ser reportado fielmente, por meio de palavras, pois a língua não é apenas estrutura, mas, sobretudo acontecimento e condição de possibilidade do discurso. Não há separação entre língua e discurso, a relação entre a língua e o discurso é de recobrimento. É possível existir no Jornalismo, tal como no restante dos discursos uma intenção de verdade, uma intenção de compreensão do objeto, uma intenção de conhecimento do objeto. A história, porém, é inseparável do historiador. E o discurso da história não é um relato objetivo, mas uma reconstrução subjetiva do passado.



O campo jornalístico demorou a perceber a evidência da subjetividade, insistindo em afirmar que o seu discurso apreende a realidade tal e qual ela é, sem a reconstruir. Muitos Jornalistas consideram que a objetividade está para além das ideologias, quando na verdade, a crença na objetividade é ela mesma de raiz ideológica. E a materialidade específica da ideologia é o discurso.

Os jornalistas não têm acesso à realidade em si, mas a manifestações da realidade. O que eles fazem é elaborar um discurso que constitui, ele próprio, uma construção sobre a realidade. As notícias não são sobre o que acontece, mas sobre o que alguém diz que aconteceu ou vai acontecer. O relato jornalístico, desta forma, emerge como uma reconstrução da realidade e não como uma reprodução da realidade.

Para legitimar o campo profissional e promover o produto informativo, a cultura jornalística recorre a mitos que conferem ao seu discurso a idéia de que reproduz fielmente a realidade, o maior deles é o da objetividade. Os Jornalistas têm que decidir o que é normal, para relatar o que é anormal; têm que definir o que está certo, para noticiar o que está errado. Estes atos de escolha remetem para um referente ideológico e cultural, mesmo que os Jornalistas não tenham consciência disso.

Os meios de comunicação influenciam a realidade. As notícias têm maior impacto sobre a realidade, do que os acontecimentos que indiciam. Há acontecimentos que nascem, porque há um sistema midiático que os acolhe. O trabalho de transformar acontecimentos em notícias é um ato de poder. As circunstâncias e os instrumentos de observação provocam alterações nos fenômenos observados.

O discurso não ficcional reproduz a realidade captada pela percepção humana em função de estímulos exteriores. Todo o discurso, portanto, é subjetivo, não tem início e nem fim e é feito de sentidos entre interlocutores. Mas isso não implica que o Jornalista deva abandonar a intenção de verdade, a intenção de objetividade e o compromisso com a realidade. Pelo contrário, a impossibilidade de atingir a objetividade não pode ser um alibi para o Jornalista fazer o que quer, quando quer, como quer.

Perseu Abramo sustenta que a manipulação da informação é uma das principais características do jornalismo brasileiro. “A maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade. Mas essa relação é indireta. É uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade”. (Abramo, 2003, p.23).



O jornalista e sociólogo Perseu Abramo distingue quatro padrões de manipulação gerais para toda a imprensa: o da **ocultação**, que se refere à ausência e à presença dos fatos reais na produção da imprensa; o da **fragmentação**, neste os fatos são desconectados e desligados de seus antecedentes e conseqüentes, no processo em que ocorrem, ou reconectados de forma arbitrária; o da **inversão**, que opera o reordenamento das partes, a troca de lugar e de importância destas partes e, por fim o da **indução**. “A indução se manifesta pelo reordenamento ou pela recontextualização dos fragmentos da realidade, pelo subtexto - aquilo que é dito sem ser falado – da diagramação e da programação, das manchetes e notícias (...)”. (Abramo, 2003, p.34).

Segundo Perseu Abramo, “recriando a realidade a sua maneira e de acordo com os seus interesses político-partidários, os órgãos de comunicação aprisionam os seus leitores nesse circulo de ferro da realidade irreal, e sobre ele exercem o seu poder”. (Abramo, 2003, p.34).

2. Quadro Teórico de Análise de Discurso

A Análise de Discurso é um dos campos de pesquisa que mais vem se desenvolvendo desde a década de 60 e, embora tenha herdado influências da Lingüística, do materialismo histórico e da Psicanálise, vai além dessas regiões do conhecimento. Há duas vertentes de Análise de Discurso: a francesa, cujos nomes influentes são Michel Foucault e Michel Pêcheux e a anglo-americana. Esta última teve origem na Inglaterra, mas consolidou-se nos Estados Unidos. Na América do Norte incorporou elementos da Sociologia, da Psicologia e da Etnografia.

A Análise de Discurso trabalha - língua-discurso-ideologia. E não se limita aos tratos da língua e da gramática, embora lhe interessem, mas como seu próprio nome diz, ocupa-se do discurso e das condições de produção deste. Compreende que a materialidade específica da ideologia é o discurso, que a materialidade do discurso é a língua e que não há discurso sem sujeito e, tampouco sujeito sem ideologia.

A língua não é só estrutura, mas, sobretudo acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento, o material é visto como acontecimento significante (língua) em um sujeito

afetado pela história. A língua é a possibilidade do discurso. E a relação entre língua e discurso é de recobrimento, não havendo uma separação entre eles.

O processo da linguagem assenta-se em processos parafrásticos e polissêmicos. O processo parafrástico é o já-dito. Em todo dizer há algo de que se mantém: o dizível, a memória, representa o retorno ao mesmo lugar de dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. O processo da polissemia é o diferente, é o a se dizer. Aqui temos o deslocamento, a ruptura de processo de significação.

“Rejeitando o antigo princípio da transparência da linguagem, a AD procura mostrar que o sentido não é algo que se encontra intrínseco às palavras. Em outros termos, as palavras não significam por si só, não há um sentido prévio, universal. Elas somente adquirem sentido quando são mobilizadas pelos falantes. E não há, por isso, um único sentido, mas uma proliferação de sentidos, sobre a qual o sujeito não tem controle, inclusive”. (Hanauer, 1999, p.139).

Para a Análise de Discurso, a questão é como o texto significa. Trabalha, então, o sentido não como algo em si, mas como em relação a. Busca compreender como um objeto simbólico está investido de significância. Sem início e nem fim, o discurso é feito de sentidos. E são estes efeitos de sentidos, produzidos em condições determinadas e que se fazem presentes no modo como se diz, que o analista de discurso tem de identificar. São pistas, vestígios que vão possibilitando ao analista compreender os sentidos produzidos. E estes estão relacionados com a exterioridade e com as condições de produção.

Conforme Orlandi, as condições de produção envolvem a **relação dos sentidos**, pois não há discurso que não se relacione com outro discurso; **a relação de forças**, segundo esta noção, podemos dizer que o lugar, a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz e, por fim temos, as **formações imaginárias**, que são essas projeções que permitem passar de situações empíricas – os lugares de sujeitos – para as posições de sujeitos no discurso.

Em Análise de Discurso, a Formação Discursiva permite compreender o processo da produção dos sentidos e a sua relação com a ideologia. Uma Formação Discursiva é comumente definida como aquilo que pode e deve ser dito, em oposição ao que não pode e não deve ser dito. Michel Pêcheux assinala que uma FD “é aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*”. (Pêcheux, 1995, p.160).

“A ilusão discursiva abrange dois tipos de esquecimento sem os quais nenhuma enunciação seria possível. No primeiro tipo de esquecimento, o sujeito apaga a noção de não ser a fonte única e original de seu pensamento. Cria a ilusão de que é o senhor do seu discurso e de suas falas. (...)”, (Machado, Marica B. e Jacks, Nilda, 2001, p.3).

“No segundo tipo de esquecimento, o sujeito apaga a noção de que seu discurso nada mais é do que a escolha de determinadas estratégias de expressão. (...) Tudo que é dito de um modo, poderia ser dito de outro, sendo oposto, ou mesmo distinto. O sujeito esquece que fez uma escolha e poderia ter feito outra. (...)” (Machado, Marica B. e Jacks, Nilda, 2001, p. 4)

Formação imaginária. O sujeito que fala tem dois horizontes imaginários ao longo dos quais se desloca na enunciação dirigida a um interlocutor, refletindo sobre si e sobre o outro. Primeiro pergunta-se ‘quem sou eu para lhe falar assim?’ (‘que posição ocupo?’), depois, pergunta-se “quem é ele para que eu lhe fale assim?” (‘que lugar ele ocupa?’). (Machado, Marica B. e Jacks, Nilda, 2001, p. 4).

As **Formações Ideológicas**, sistematizadas por Pêcheux, permitem à Análise de Discurso constituir-se como uma linha teórica capaz de lidar com a configuração política dos textos. “O discurso é, como já dissemos, efeito de sentido, e não apenas produtor de sentido. Existem razões para que ele exista. A mesma ideologia que determina a evidência de um, determina o ocultamento de outro”. (Machado, Márcia B. e Jacks, Nilda, 2001, p. 5).

A partir da consideração da Linguagem, a Análise de Discurso re-significa a noção de ideologia. “Se pensamos a ideologia a partir da linguagem, e não sociologicamente, podemos compreendê-la de maneira diferente. Não a tratamos como visão de mundo, nem como ocultamento da realidade, mas como mecanismo estruturante do processo de significação” (Orlandi, 2002, p.96).

“Podemos começar por dizer que a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas-funcionamentos, M. Pêcheux diz que sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzido um tecido de evidências “subjetivas”, estendendo-se “subjetivas” não como “que afetam o sujeito”, mas, mais fortemente, como “nas quais se constitui como sujeito”. Daí a necessidade de uma teoria materialista do discurso – uma teoria não subjetiva da subjetividade – em que se possa trabalhar esse efeito de evidências dos sujeitos e também dos sentidos”. (Orlandi, 2002, p.46).

De acordo com Márcia Machado e Nilda Jacks, o enunciador é a voz de um ‘ponto de vista’, de uma ‘perspectiva’, a perspectiva de uma posição ideológica que permite ao locutor falar. Segundo elas, o locutor é aquele que fala e que pode ser claramente identificado como o responsável pelo enunciado. “O enunciador deve ser localizado, na análise, como a perspectiva da qual o locutor enuncia. Nesse sentido, podemos ter locutores distintos



enunciando sob a perspectiva de um único enunciador. Por outro lado, um mesmo locutor pode se mover entre dois ou mais enunciadores”. (Machado, Márcia B. e Jacks, Nilda, 2001, p. 6).

3. Contextualização política do pleito de 2002 no RS

O Rio Grande do Sul apresenta uma característica particular na esfera política. A paixão da maioria dos gaúchos pela vida pública, acompanha os rio-grandenses de longa data. O Estado já foi dividido entre chimangos e maragatos. No século XIX, uma parte era conservadora e a outra liberal. Quando os outros entes federativos tinham liberais, os gaúchos sustentavam os conservadores. Quando todos se postulavam republicanos, o Rio Grande do Sul se mostrava federalista. Depois vieram os libertadores. Do Império à República, o Rio Grande do Sul teve uma experiência singular no Brasil, com Julio de Castilhos. Mais tarde Borges de Medeiros. Daí derivou o trabalhismo de Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. E a partir de 10 de fevereiro de 1989, surgiu o PT em nível nacional e no RS passa a ocupar um pouco deste espaço. A maturidade política no Estado pode ser explicada pelo fato de sempre ter havido duas propostas política em jogo.

Esta tradicional disputa também se fez visível nos três últimos pleitos eleitorais para o governo do Estado. Por uma pequena margem de votos, Antônio Britto (atual PPS - ex-PMDB) venceu o então candidato Olívio Dutra (PT), nas eleições de 1994. Quatro anos mais tarde, Olívio Dutra derrotou o mesmo adversário político do sufrágio anterior e assumiu o Palácio Piratini com um Estado dividido ideologicamente. Durante sua administração, se acendeu, mais uma vez, na história gaúcha, os tradicionais acirramentos entre as duas forças políticas. E nas eleições de 2002, num pleito disputado palmo-a-palmo, o comando do Estado voltou às mãos do PMDB, com Germano Rigotto que venceu Tarso Genro (PT), no segundo turno eleitoral.

No último pleito, doze candidatos disputaram o comando do Estado do Rio Grande do Sul. A Frente Popular (PT, PCB, PCdoB, PTN) com Tarso Genro; o Rio Grande em Primeiro Lugar (PPS, PFL, PTdoB, PSL) com Antônio Britto; a União pelo Rio Grande (PMDB, PSDB, PHS) com Germano Rigotto e Celso Bernardi (PPB), que disputou sem estar coligado com outros partidos. De acordo com IBOPE, estes candidatos apresentavam uma melhor



colocação nos percentuais das pesquisas eleitorais no primeiro turno do sufrágio universal. O pleito em análise também se configurou por acirradas disputas.

Em 2002, mais de 115 milhões de brasileiros votaram, no primeiro turno eleitoral em seis candidatos à presidência da República, na primeira eleição do país totalmente informatizada. Neste pleito, os eleitores também votaram em 27 candidatos ao governo dos Estados, escolheram 53 senadores que renovaram em dois terços as cadeiras do Senado e apontaram 513 deputados federais que assumiram a Câmara Federal e os 1.059 deputados estaduais que tomaram assento nos legislativos estaduais. No segundo turno, no dia 27 de outubro, os eleitores voltaram às urnas para definir o novo Presidente da República e os governadores de Estados não eleitos no primeiro turno, entre eles o do Rio Grande do Sul.

No início da campanha do primeiro turno eleitoral de 2002, os embates estavam centrados entre os candidatos Antônio Britto (PPS) e Tarso Genro (PT). O Candidato Antônio Britto lidera as pesquisas de intenção de votos. E no horário eleitoral gratuito transmitido por rádio e por Televisão predominavam as denúncias de ambas as partes. O PT acusava o candidato e ex-governador Antônio Britto de, após deixar o governo, ir trabalhar no Banco Opportunity, grupo controlador da Companhia Rio-grandense de Telecomunicações, que foi privatizada durante o seu governo. E o PPS acusava o PT de ligações com Diógenes Oliveira, presidente do Clube da Cidadania, entidade que doou uma sede para a sigla e com o jogo do bicho que também foi tema abordado exaustivamente durante a CPI da Segurança Pública, na Assembléia Legislativa, em 2001.

O candidato Germano Rigotto (PMDB) trabalhou a “União pelo Rio Grande”, contrapondo-se às trocas de acusações entre os candidatos Tarso Genro e Antônio Britto, no horário eleitoral e se apresentou como melhor opção para o Estado.

“Como em um jogo de xadrez, é melhor orador aquele que consegue antecipar o maior número de “jogadas”, ou seja, aquele que mobiliza melhor o jogo de imagens na constituição dos sujeitos (no caso, eleitores), esperando-se onde eles estão, com as palavras que eles “querem” (gostariam de, deveriam etc) ouvir”. (Orlandi, 2002, p. 41 e 42).

4. A construção do discurso anti-petista no Jornal Zero Hora

Na edição do dia 11 de setembro de 2002, o Jornal Zero Hora publicou na capa do Jornal da Eleição, uma matéria com a seguinte manchete “Serra tem novo alvo”. O texto de capa é ilustrado com uma foto do rosto do candidato à presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva, numa moldura circular e, sob a foto dois traços, um vertical e outro horizontal, sugerindo um alvo.

A matéria se refere às novas estratégias de campanha do candidato à presidência da República, José Serra (PSDB): “Em Cuiabá (MT), o tucano afirmou que Lula terá de esclarecer as ligações com o **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)** e sua posição sobre **reforma agrária**”. O novo alvo de José Serra – Lula, o PT e as administrações petistas (governos de Estados e prefeituras).

Ao dizer, José Serra já está interpretando o significado de reforma agrária, do movimento dos sem-terra, da propriedade/desapropriações de terras, da ocupação/invasão de terras e do confronto e paz no campo. O saber discursivo é que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, do já-dito, que está na base do dizível.

Neste caso, onde está o já-dito? O já-dito está na diferença entre os mecanismos estruturantes do processo de significação dos discursos dos candidatos José Serra e Lula, nas distintas propostas para o país, nas concepções e nas posturas político-ideológicas diferentes entre os dois candidatos. A reforma agrária sempre fez parte do discurso do PT. Lula é favorável à reforma agrária e ao movimento dos sem-terra. Serra tem uma posição diferente. O não-dito em seu discurso pode ser identificado no significado da perda da terra que pode ter como consequência a perda de espaço, de poder, de projeto político, possibilitando, assim, abertura de espaço para outras propostas políticas identificadas com as distribuições de terra e de renda. Neste discurso Serra se coloca como o candidato confiável em contraposição a Lula, um candidato “não confiável”. Enquanto Serra não tem nada a esclarecer, Lula “deve” explicações à sociedade, por não ter um discurso claro. É como se Lula escondesse algo dos eleitores brasileiros. Há um não dito neste discurso, mas que constitui o sentido das palavras do candidato José Serra - é preciso que o eleitor fique atento a sua escolha e não coloque em risco a sua propriedade rural, a sua “estabilidade”.



A Formação Discursiva contida neste discurso está ligada ao significado das Formações Ideológicas que apontam para a questão da posse da terra, da distribuição de renda, da insegurança no campo, através de ocupações/invasões promovidas pelos sem-terra e ou desapropriações de terras para fins de reforma agrária. Atrás da “literalidade” do discurso do candidato José Serra encontramos formulação ideológicas de cunho capitalista, em contraposição ao modelo de desenvolvimento com inclusão social, defendido pelo PT. “(...) não se pode negar que os media têm o poder de oferecer às pessoas o que pensar, pelo amplo e complexo processo de seleção, hierarquização, tematização, valoração, agendamento, etc... de assuntos que, do seu ponto de vista, lhes pareçam os mais convenientes”. (Fausto Neto, 1995, p.26).

Referindo-se à nova fase da campanha, o Jornal Zero Hora publica na capa do Jornal da Eleição do dia 17/09/2002 o seguinte texto “À noite, Britto acusou o atual governo de “brigar com quem cuida da segurança” e apresentou propostas para a área, como o “fim da interferência de partidos na segurança”.

O tema **segurança pública** foi objeto de uma CPI da Segurança Pública em 2001, durante o último ano do governo Olívio Dutra, gerando polêmicas na Assembléia Legislativa. Os deputados que faziam oposição ao governo petista, o acusavam de envolvimento com o jogo do bicho, com a partidarização da segurança e destacavam que tais ações, articuladas com outras iniciativas do governo, promoviam a insegurança da sociedade, já temerosa com assaltos, seqüestros, roubos e mortes. Gerando, assim, um sentido de medo junto à população. O não dito neste discurso é a relação segurança-insegurança e a cobrança feita pelos deputados opositoristas ao governo Olívio Dutra, durante a CPI da Segurança Pública, de que o PT havia partidarizado a segurança, de que não estava governando para todos, mas apenas para um grupo de pessoas identificado com seu projeto político. O discurso joga com o medo e com a insegurança das pessoas.

“O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder. A imagem que temos de um professor, por exemplo, não cai do céu. Ela se constitui nesse confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições”. (Orlandi, 2002, p.42)

Na edição do dia 2/09/2002, o Caderno da Eleição publica a seguinte chamada de capa - **“Vice de Lula tranquiliza empresários”**. Em entrevista ao jornal, José Alencar assegurou que “não há risco de Lula implantar um regime ultrapassado”. O não dito tem a ver com o temor do PT implantar um modelo de sociedade socialista e remete para o risco Brasil, que elevou o dólar durante o pleito, para as conveniências do mercado especulativo e para a reforma tributária. O discurso do PT é contrário à guerra fiscal e favorável à concessão de benefícios seletivos a empresas privadas, desde que as empresas assegurem uma contrapartida para beneficiar o Estado e retornar à sociedade. O discurso também ativa a memória da desistência da montadora Ford de instalar sua fábrica no Rio Grande do Sul e sua decisão de transferir-se para Camaçari na Bahia, ocorrida durante o governo Olívio Dutra, devido a falta entendimento entre as partes, sobre o volume de incentivos fiscais e os compromissos da empresa com o Estado.

“O discurso jornalístico se produz à base do concurso e do efeito daquilo que lhe ensejam outros códigos, isto é, outras vozes e múltiplas polifonias que migram de outros campos culturais ou que deles são tomadas de empréstimo”.(Fausto Neto, 1991, p.31)

“Cada suporte de comunicação constrói seus modelos de operação enunciativa, os quais, numa linguagem semiótica, poderíamos chamar de “regras de produção”, isto é, um conjunto de elementos discursivos, extraídos de diferentes campos das semiosis, com vista à estruturação de um certo discurso social. (...) (Fausto Neto, 1991, p. 34).

Na edição de 20 de setembro, o Jornal da Eleição traz a seguinte manchete de capa “Todos contra Lula”. Abaixo da manchete é colocada com uma foto pequena de Lula entre as fotos de Ciro Gomes (PPS) de um lado e Antony Garotinho (PSB) de outro. A diagramação mostra Lula espremido entre os dois presidentiáveis. Ciro Gomes declara “Lula é um salto no escuro” e Antony garotinho diz “Se você pudesse me dizer no que Lula trabalhou nos últimos anos, eu mudo meu discurso.

A seguinte paráfrase pode auxiliar na análise:

Todos contra Lula

Todos a favor de Lula

A matéria se refere a um debate na televisão. Neste período, Lula liderava as pesquisas de intenção de voto e ganhava simpatia junto a distintos setores da sociedade, transitando com desenvoltura em novos espaços, que em outros momentos não estavam acessíveis. Se todos



estão contra Lula, todos estão contra o PT. No dizer de Garotinho, Lula não tem experiência, o PT não tem experiência. Como poderá, então, governar um país na dimensão do Brasil com 170 milhões de pessoas? Lula/PT não estão preparados. O melhor é escolher outra opção. E no dizer de Ciro, volta a imagem de um PT terrorista, como se escondesse algo, como se mostrasse obscuro e perigoso inspirando o medo. Portanto, os eleitores, precisam rever a sua postura e colocarem-se todos contra Lula e todos contra o PT.

Pequena nota conclusiva

Este artigo mostra como o Jornal Zero Hora, ao longo das manchetes e textos publicados nas capas do Jornal da Eleição foi construindo um discurso anti-petista, durante as eleições de 2002, para o governo do Estado do Rio Grande do Sul. O jornal Zero Hora assumiu uma posição ativa, construindo pontos de vistas próprios e deixando pistas de claras ou sutis manobras enunciativas para agendar o processo eleitoral.

A pesquisa procurou mostrar as formações discursivas predominantes na espessura do discurso relativo ao PT, como o medo, a insegurança, o temor, o algo duvidoso que não inspira confiança. E pode ser identificada nos discursos que trataram a questão da terra e da reforma agrária, nos dizeres sobre segurança/insegurança pública, nas falas sobre o modelo de desenvolvimento, com suas implicações na guerra fiscal e na Reforma Tributária e a experiência/inexperiência administrativa do PT. Estes discursos significaram na produção de sentidos e agendamento na direção do processo eleitoral.

Não há discurso desconstituído de intenções. Todo o discurso é socialmente situado, traz marcas de seu sistema produtivo, visa produzir algum tipo de efeito. Um discurso é sempre determinado por outro discurso. E seu poder está na capacidade de gerar efeito. Ao contrário do conceito que entende o jornalismo, como sendo uma atividade neutra e objetiva, este campo produz sentidos e oferece um produto ao leitor, a partir da sua leitura sobre a realidade. O fato de todo discurso ser subjetivo, não legitima os jornais a abandonarem a intenção de verdade e o compromisso com a realidade.

Este trabalho teve o sentido de incentivar o debate sobre temas tão relevantes, como o das coberturas eleitorais, a abordagem do discurso, as Formações Discursivas e as Formações Ideológica. Não esgota, em absoluto, o tema e, tampouco o objeto em análise, apenas introduz



alguns elementos para uma discussão no campo da comunicação e da política e dos sentidos que geram junto à sociedade.

Bibliografia

- ABRAMO, Perseu. Padrões de manipulação na grande imprensa. Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- FAUSTO NETO, A. A Construção do presidente: estratégias discursivas e as eleições presidenciais de 1994. In: Revista PAUTA n.3, vol. 3. Salvador: FACOM;UFBA, 1995.
- FAUSTO NETO, A. Quando a ética toma forma – Estratégias Discursivas do “Jornalismo de Combate”. In: PAIVA, Raquel (org.) *Ética, Cidadania e Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- FAUSTO NETO, A. Telejornais e a produção da política: estratégias discursivas e as eleições presidenciais de 1994. In: PORTO, Sergio D e MOUILLAUD, Maurice (org.). *O jornal da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- FAUSTO NETO, A. Jornalismo: classificação e produção do real. In. FAUSTO NETO, A. *Mortes em derrapagens: os casos Carona e Cazuza no discurso da comunicação de massas*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.
- HANAUER, Jeane Maria. Sexo seguro/voto seguro: a questão do sentido. In. INDURSKY, Freda e LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre, Editora Sagra Luzzatto, 1999 (p.138-147).
- MACHADO, Márcia Benetti & JACKS, Nilda. O Discurso jornalístico. Brasília, Compós, 2001.
- MOUILLAND, Maurice. PORTO, Sérgio Dayrell (org.). O Jornal – Da forma ao sentido. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2002.
- ORLANDI, Eni. Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos. Pontes, 2002.
- PÊCHEUX, M. Semântica e discurso. Campinas, Editora da Unicamp, 1995.
- PINTO, Milton José. Comunicação e Discurso. Hacker, 1999.
- SOUZA, Jorge Pedro. A objetividade; da filosofia ao jornalismo, passando pelas ciências. Universidade Fernando Pessoa. Portugal, Porto, 2000.